

mun

Brasil deve R\$ 10,1 bi a organismos mundiais, mas só reserva R\$ 2,2 bi

Itamaraty alerta para risco de sanções por atrasos, e Economia estuda remanejar orçamento

Fábio Pupo

BRASÍLIA O Brasil precisa pagar R\$ 10,1 bilhões a mais de cem organismos internacionais, considerando dívidas acumuladas e compromissos agendados para 2021. Apesar disso, o Orçamento proposto pelo governo só reservou R\$ 2,2 bilhões para as entidades neste ano (ou 21% do necessário).

A restrição orçamentária deve agravar o cenário de inadimplência com as entidades internacionais, que cresceu de forma significativa no governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

O quadro vem gerando alertas do Itamaraty, que vê riscos de prejuízos políticos e até sanções como a perda do direito a voto em discussões.

O total a ser pago é resultado de R\$ 6 bilhões em dívidas acumuladas até o fim de 2020 e outros R\$ 4,1 bilhões em parcelas previstas para 2021.

Houve crescimento de 483% nas dívidas a organismos internacionais em 2019 e de 169% em 2020. Antes de Bolsonaro, entre 2015 e 2018, o avanço anual médio era de 24%.

Os valores obtidos pela Folha mostram que cresceu também o número de entidades com recursos a receber. Em 2018, eram 10. Em 2019, passou para 92. Em 2020, 107.

Estão na lista das pendências a ONU (Organização das Nações Unidas) e diferentes braços da entidade como OIT (Organização Internacional do Trabalho), OMS (Organização Mundial da Saúde), Unesco (voltada a educação, ciência e cultura) e FAO (alimentação e agricultura).

Há também blocos e organismos regionais (como o Mercosul e a Organização dos Estados Americanos), de segurança (como a Agência Internacional de Energia Atômica) e de aproximação entre nações (como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).

Também integram a lista instituições financeiras e seus braços, como BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e CAF (Corporação Andina de Fomento).

No momento, a maior dívida do país é com o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês), para quem o governo deixou de pagar R\$ 1,59 bilhão em 2020.

A falta de pagamento ao NDB foi a primeira desde sua criação em 2014, quando o país combinou com os demais integrantes do Brics aportes anuais no banco. Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul têm 20% de participação na instituição, cada um.

O governo ainda deixou de pedir ao Congresso recursos suficientes para quitar a dívida com instituições como o NDB em sua proposta de Orçamento de 2021. E só reservou R\$ 700 milhões, montante insuficiente para o aporte de R\$ 1,8 bilhão previsto para este ano (sem considerar a dívida de R\$ 1,59 bilhão de 2020).

A falta de pagamentos tem gerado cobranças e até ameaças das entidades, inclusive da própria ONU.

Chandramouli Ramathan, secretário-geral-assistente das Nações Unidas, afirmou ao Brasil em 2019 que poderia ser retirado o poder de voto do país no organismo.

Principais compromissos do país com órgãos internacionais

Entidade ou ação

Valor a ser pago (inclui 2021), em R\$ milhões

NDB (Novo Banco de Desenvolvimento)	1.597,3
Missões de paz da ONU	1.185,2
Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul	543,8
CAF (Corporação Andina de Fomento)	366,8
Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata	300,3
OMS (Organização Mundial de Saúde)	189,1
BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)	175,8
OIT (Organização Internacional do Trabalho)	159,9
FAO (braço da ONU para a Alimentação e Agricultura)	152,9
Agência Internacional de Energia Atômica	139,9
Organização Pan-Americana de Saúde	132,5
OEA (Organização dos Estados Americanos)	115,1
Tribunal Penal Internacional	109,6
ONU (Organização das Nações Unidas)	85,5
Associação Internacional de Desenvolvimento	83,2

Fontes: Itamaraty e Ministério da Economia



Mesmo diante do cenário de restrições orçamentárias e financeiras, o Ministério tem como uma de suas prioridades a quitação dos compromissos brasileiros

Ministério da Economia em nota

Itamaraty vai lutar no G20 contra censura a Trump nas redes

Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA O governo brasileiro endossou uma iniciativa do México para protestar, no âmbito do G20, contra a decisão de redes sociais de bloquear contas ligadas a Donald Trump, ex-presidente dos EUA.

O ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, tratou do tema em chamada telefônica como o chanceler mexicano, Marcelo Ebrard, na terça-feira (2).

“Na ótima conversa com o chanceler Marcelo Ebrard do México ficamos de trabalhar juntos no G20 pela liberdade de expressão na Internet — uma prioridade do Brasil desde o início do governo e mais ainda agora ante o risco de que as redes se tornem instrumento de controle social”, escreveu Ernesto no

Twitter, após a conversa.

A conta oficial do Itamaraty na plataforma destacou, por sua vez, que Ernesto e Ebrard “convergiaram na urgência de trabalhar no G20 e outros foros em favor da liberdade de expressão nas redes”.

Apesar de as publicações não citarem o ex-mandatário americano, o debate ganhou força tanto no Brasil como no México após plataformas digitais — entre elas Twitter e Facebook — excluir perfis ligados a Trump.

Além do mais, o presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, lançou a iniciativa no G20 como resposta direta ao bloqueio das empresas contra o republicano.

As redes sociais tomaram a decisão depois que o americano instigou manifestantes

a invadirem o Congresso dos EUA em 6 de janeiro, durante sessão de certificação da vitória do democrata Joe Biden.

O episódio teve cenas de violência e terminou com cinco mortes. Os atos são tratados por integrantes do Partido Democrata como uma tentativa de golpe de Estado.



Na ótima conversa com o chanceler Marcelo Ebrard do México ficamos de trabalhar juntos no G20 pela liberdade de expressão na Internet [...] ante o risco de que as redes se tornem instrumento de controle social

Ernesto Araújo

ministro das Relações Exteriores, no Twitter

López Obrador foi um dos principais críticos da decisão de redes de limitar as publicações de Trump. Ele disse que as empresas não podem “suspender a liberdade de expressão” e comparou a ação das plataformas à Inquisição.

“Adianto que na primeira reunião que tenhamos do G20

vou a levantar essa questão. As redes sociais não devem ser utilizadas para incitar a violência, mas isso não pode ser motivo para suspender a liberdade de expressão. Não deve ser utilizado como desculpa, é preciso garantir a liberdade, não a censura”, disse o mexicano em janeiro.

López Obrador é um líder de esquerda, mas tinha boa relação com o republicano.

Durante a campanha presidencial naquele país, realizou uma visita a Washington para se reunir com Trump, numa agenda vista por críticos como tentativa do americano de melhorar sua imagem junto ao eleitorado de origem mexicana.

O presidente do México também foi um dos últimos líderes internacionais a parabenizar Biden por sua vitória,

vidará esforços para que os recursos sejam devidamente previstos na Lei Orçamentária Anual de 2021”, afirma a pasta.

O ministério discute internamente a possibilidade de um remanejamento orçamentário de quase R\$ 8 bilhões para os pagamentos neste ano, segundo relatos colhidos pela Folha. O objetivo é ao menos reduzir o passivo total.

Para isso, é discutida uma mudança no projeto de Orçamento de 2021.

O ministério estuda retirar uma trava do texto que limita remanejamentos a até 20% de outras ações para organismos internacionais. Isso permitiria maior poder de remanejamento ao Poder Executivo e ainda aumentaria as chances de serem recebidos recursos de outros órgãos, interessados nos pagamentos por entenderem que a medida beneficiaria as políticas das pastas.

Carlo Cauti, professor de Relações Internacionais do Ibmec, diz que a falta de pagamento de outros órgãos, interessados nos pagamentos por entenderem que a medida beneficiaria as políticas das pastas.

Carlo Cauti, professor de Relações Internacionais do Ibmec, diz que a falta de pagamento de outros órgãos, interessados nos pagamentos por entenderem que a medida beneficiaria as políticas das pastas.

“O próprio Itamaraty tem menos recursos do que no passado por causa da crise que o país está vivendo”, afirma.

Para o professor, as instituições internacionais tendem a evitar as sanções aos países ao máximo por dependerem dos recursos. Por isso, ele diz que o governo pode contar com isso para postergar suas obrigações.

Um exemplo disso é o próprio NDB, em que o governo brasileiro perdeu apenas parte de seu direito de voto após a inadimplência.

Mesmo assim, Cauti lembra que diferentes países já sofreram sanções pela falta de pagamentos e que a situação pode levar a uma perda de prestígio com efeitos reais. Entre eles, a perda de direito a assentos não-permanentes em órgãos globais estratégicos, como o Conselho de Segurança da ONU.

Leia mais sobre o Itamaraty na pág. A11

TODA MÍDIA

Nelson de Sá
nelson.sa@grupofolha.com.br

EUA acordam para o cerco à liberdade de expressão na Índia

Foi preciso um tuíte da cantora Rihanna, com imagens do protesto dos agricultores indianos em Nova Délhi, perguntando: “Por que nós não estamos falando disto?”.

New York Times, Atlantic e outros falaram no dia seguinte, concentrando a atenção menos nos agricultores e mais no “temor” de que o primeiro-ministro Narendra Modi esteja adotando um “padrão” antidemocrático — que abrange “sufocar vozes opositoras, bloquear a internet e reprimir jornalistas”.

Destaca o caso da plataforma americana Twitter, que suspendeu contas de dezenas de jornalistas por ordem de Modi e, sob críticas, acabou voltando atrás.

O colunista de mídia do NYT chamou a atenção para o fato de que o governo indiano agora está ameaçando prender funcionários da plataforma por sete anos, se não suspendem as contas.

O Twitter poderia “seguir o caminho do TikTok”, ou seja, acabar banido da Índia.

TVS BANIDAS Segundo a estatal alemã Deutsche Welle, o presidente da Ucrânia “baniu três emissoras de TV da oposição” pró-russa. E, segundo a estatal qatari Al Jazeera, o governo britânico, que já havia tirado do ar a estatal iraniana PressTV, tirou agora a estatal chinesa CGTN. “Pouco depois”, o governo chinês fez ameaças à estatal BBC.

AS DEMOCRACIAS DE BIDEN Ao lançar sua política externa nesta quinta (4), segundo o Wall Street Journal, o presidente americano citou como aliados “Canadá, México, Reino Unido, Alemanha, França, Japão, Coreia do Sul e Austrália”, mas não a Índia

nem o Brasil. Foi ao anunciar que pretende “reconstruir a força das alianças democráticas que atrofiaram nos últimos anos de negligência e abusos”, de Trump.

BIDEN NA CHINA O South China Morning Post destacou, do discurso de Biden, que ele “chamou a China de ‘competidor mais sério’ dos EUA”. Também que prometeu “enfrentar diretamente os desafios colocados” por Pequim à “nossa prosperidade, segurança e valores democráticos”. Mais cedo, o SCMP noticiou que o Departamento de Estado dos EUA, em resposta sobre Taiwan, disse que mantém a política de uma só China.



AMÉRICA PRIMEIRO 2

A Atlantic levou à manchete a ‘Estratégia de vacina América Primeiro de Biden’, dizendo que ele ‘reverteu muitas políticas isolacionistas’ de Trump, mas até ampliou a primazia sobre as vacinas, decretada em dezembro; ‘longe de apoiar uma distribuição mais equitativa em todo o mundo, os EUA sob Biden continuam a miná-la’, criticou